

Câmara rejeita desvincular repasses de fundos e da Receita Federal

Em derrota para o governo, parlamentares derrubaram trecho da PEC Emergencial

Bernardo Caram e Danielle Brant

www1.folha.uol.com.br/mercado

Em uma derrota para o governo, a Câmara rejeitou nesta quarta-feira (10) a desvinculação de receitas de impostos a fundos, despesas e órgãos específicos. A decisão desidrata a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) Emergencial.

Em sessão de plenário, os deputados analisam destaques de bancadas de partidos, que sugerem alterações na proposta. O texto-base foi aprovado em primeiro turno na madrugada desta quarta.

Em um dos pontos, a PDT (Partido Democrático Trabalhista) sugeriu a retirada do dispositivo que proíbe a vinculação de receitas tributárias a órgãos, fundos e despesas específicas, com algumas exceções. Parlamentares e auditores fiscais afirmam que essa medida colocaria em risco o repasse de recursos à Receita Federal.

Embora o ministro Paulo Guedes (Economia) tenha afirmado internamente que não é favorável à desvinculação para a Receita Federal, o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), orientou que os partidos da base aliada mantivessem a medida no texto.

“As pessoas receberam ligações dizendo que o Ministério da Economia estava favorável, mas não é verdade. A posição do governo é manter o texto”, disse em plenário.

Para manter o texto, o governo precisava alcançar 308 votos. O resultado, porém, ficou em 302 pela manutenção do texto. Outros 178 votaram pela supressão do dispositivo.

Ainda serão analisadas outras sugestões de mudança no texto, como a eliminação de gatilhos de ajuste fiscal.

Auditores fiscais relatam ter recebido, na sexta (5), um comunicado em que o secretário-especial da Receita Federal, José Tostes Neto, dizia ter ouvido do ministro Paulo Guedes a confirmação de que a vinculação seria mantida.

O aviso foi publicado em sistema interno da Receita Federal. Os auditores acreditavam, então, que a garantia de financiamento das atividades tributárias seria mantida na Constituição.

Na terça (9), porém, a base do governo agiu para manter o texto de relator e evitar novas desidratações. Representantes dos policiais vinham pressionado para que fossem poupados do congelamento de salários e promoções previsto na PEC Emergencial.

Para os auditores fiscais, Guedes não cumpriu o compromisso fechado na sexta. Eles iniciaram na terça uma paralisação de dois dias, a que batizaram de “apagão”.

Nesta quarta, 220 ocupantes de cargos de chefia comunicaram ao secretário Tostes que colocariam os cargos à disposição, caso o texto da Senado não fosse alterado.

No manifesto encaminhado ao chefe da Receita Federal, os auditores dizem que a desvinculação é inapropriada quando o governo assume um discurso de ajuste fiscal. “Um dos meios para superar a crise”, afirmam, seria “buscar manter suas estruturas arrecadatórias funcionando com a máxima eficiência possível.”

O Sindifisco (Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal), que na terça convocou a categoria a entregar cargos, anunciou apoio ao manifesto. Segundo o sindicato, cerca de 90% dos auditores teriam aderido ao apagão, que termina nesta quarta.

A Receita Federal foi procurada, mas ainda não respondeu.

E que tal se a Direção do Bacen fizesse o mesmo?



Como podemos ver na matéria acima, a direção da SRF atuou fortemente em defesa de seus servidores no Congresso Nacional. Tal fato contribuiu para avanços significativos para estes servidores.

Não podemos deixar de comparar tudo isso com a (não) atuação de Roberto Campos Neto, presidente do Bacen. Não vimos o empenho dele na defesa dos interesses dos servidores do Bacen quando do Projeto da Autonomia e da PEC 186, assim como fez a direção da SRF. Roberto Campos Neto está defendendo com unhas e dentes a PEC 186, mas a aprovação da emenda ontem na Câmara dos Deputados abriu um novo precedente. Que tal se o Presidente de um Órgão autônomo como o Bacen atuasse de forma diferente?

Na prática, do jeito que estão, as coisas estão pavimentando o caminho para os servidores do Bacen serem jogados no carreirão e verem ainda mais aprofundadas as assimetrias entre a Receita Federal e as demais carreiras. Sendo assim, o Sinal-BH levará ao Sinal Nacional a proposta de se pedir uma audiência com o Presidente Roberto Campos Neto a fim de tratar exclusivamente deste assunto: o apoio de verdade da Presidência desta Autarquia à valorização justa e merecida das Carreiras do Banco Central.

ELEIÇÕES REGIONAIS



Informamos que, encerrado o prazo de 9 a 10/3/2021, às 18h, não houve impugnação para a **Chapa “Continuar a Mudar”**.